

INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TECNOLOGIA DE MG

# Termo de Referência 315/2026

## Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
315/2026	158122-INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TECNOLOGIA DE MG WILSON AMBROSIO JUNIOR	06/05/2026 12:25 (v 0.4)
Status		
CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23212.001756/2025-42

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23212.001756/2025-42)

### TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de empresa especializada em fornecimento de refeições na modalidade prato feito (com cardápio sugerido), sem balança, para os alunos selecionados no Programa Auxílio Alimentação e a concessão de espaço físico da Cantina Escolar para exploração comercial mediante comercialização de refeições e lanches no espaço da Cantina, adequando-se à estrutura existente do IFMG - Campus Gov. Valadares, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado anualmente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O espaço público, que será explorado mediante Cessão de Uso, compreende área aproximada de 400 m², localizado no IFMG Campus Gov. Valadares, situado à Av. Minas Gerais, 5189, bairro Ouro Verde, Gov. Valadares-MG CEP. 35057-760, conforme planta constante no Anexo IV (Planta Baixa – Refeitório / Lanchonete) do Edital.

1.3 O valor a ser pago pela concessionária à cedente pelo uso da Cantina será de R\$1.760,14 (um mil setecentos e sessenta reais e 14 centavos) que será pago mensalmente ao campus através de GRU. Este valor é a soma do valor estimado do aluguel (R\$1.466,79), mais 20% deste aluguel (R\$293,35) a título de ressarcimento do uso da água /energia, visto que, o campus não conta com padrões de água e energia para medição individualizada. **O VALOR A SER PAGO PELA CESSÃO DE USO DO ESPAÇO NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE NO SITE COMPRAS.GOV.BR.**

1.3.1. Ao longo do contrato, caso haja viabilidade para a individualização das medições de água e energia, a separação das contas será efetivada e a contratada passará a arcar diretamente com seu consumo.

1.4 O objeto da licitação está descrito na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	Fornecimento de refeições, na modalidade prato feito ou marmitex, conforme cardápio sugerido, sem balança, peso mínimo aproximado de 400 g, <b>prioritariamente</b> para os alunos selecionados no Programa Auxílio Alimentação.	3697	unid	18.000 refeições/ano	SIGILOSO	SIGILOSO
---	--	------	------	----------------------	----------	----------

**1.5 IMPORTANTE RESSALTAR QUE O OBJETO LICITADO É O CONSTANTE NO QUADRO ACIMA. O LANCE NO COMPRAS.GOV SERÁ SOMENTE PARA ESTE ITEM, A QUANTIDADE LICITADA NO COMPRASGOV.BR É O ESTIMADO DE 150 REFEIÇÕES DIÁRIAS 3 VEZES POR SEMANA POR 120 DIAS LETIVOS, TOTALIZANDO 18.000 ANUAIS.**

#### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.6. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.7. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que tal contratação demanda estudos complexos para definição do objeto e demais condicionantes, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

#### **Prazo de vigência**

1.8. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da **assinatura do contrato** prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. O quantitativo acima informado foi calculado da seguinte forma: considerou-se 120 dias letivos com ministração de aulas nos dois turnos, neste calculo foi excluindo os dias letivos com aulas em apenas um turno, semanas de recuperação ou dias letivos destinados a atividades complementares, desta forma chegou-se a este quantitativo de 120 dias de fornecimento de refeições aos alunos multiplicados por 150 refeições diárias que serão atendidos pelo Programa Auxílio Alimentação. O quantitativo total de alunos dos Cursos Técnicos Integrados atualmente é de 360 alunos, mas apenas 150 alunos destes serão beneficiados.

1.11. A meta de fornecimento inicial estimada é de 150 refeições (almoço) por dia, fornecidas 3 (três) dias por semana, no primeiro ano, correspondendo ao montante anual de 18.000 (dezoito mil) refeições.

1.11.1. Fica ressalvada a possibilidade de elevação dos referidos quantitativos, mediante disponibilidade de recursos ou implementação de programa do Governo direcionado ao custeio dessa demanda.

1.12. O Fiscal do Contrato, informará à Contratada, a cada início de semestre, o quantitativo de matrículas efetivas em cada turma, assim como o número de dias na semana em que haverá o fornecimento de refeições para os alunos. Este informe vem como forma da Contratada se programar, evitando prejuízos e desperdícios, além de possibilitar planejamento prévio para sua adaptação a esta realidade de consumo.

1.13. Para os demais usuários entre alunos não beneficiados pelo subsídio do Programa de Auxílio Alimentação, visitantes, servidores e terceirizados será praticado o preço integral da refeição, sem subsídios. O IFMG Campus Gov. Valadares não garante que todos consumam os produtos da cantina.

1.14. A população do Campus é composta por aproximadamente 801 estudantes nos três turnos, manhã, tarde e noite, sendo acrescida ano a ano com novas entradas de alunos. O quadro efetivo do Campus é composto por aproximadamente 105 servidores e a instituição conta com ainda com aproximadamente 21 funcionários terceirizados, totalizando aproximadamente 927 potenciais usuários.

1.15. O detalhamento da refeição (conforme cardápio sugerido) sem balança para os alunos selecionados no Programa Auxílio Alimentação foi realizado no item 5.11.8 e 5.11.9 deste Termo de Referência.

1.16. O objeto dessa contratação não impede que o IFMG - Campus Gov. Valadares ofereça opção de lanche gratuito aos alunos, custeados por meio de recursos repassados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), previsto pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

1.17. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Concessionária e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.18. O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de natureza auxiliar, instrumental, acessória e de apoio administrativo, não abrangendo atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos deste órgão, nem atribuições exclusivas de cargos efetivos, não havendo assim a incidência da vedação prevista no art. 48 da Lei nº 14.133/2021 no presente caso. Dessa forma, a terceirização pretendida encontra respaldo nos arts. 7º, §1º, 8º e 9º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, uma vez que se refere a atividades passíveis de execução indireta, em conformidade com a legislação e com as normas vigentes.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de refeições, tipo prato feito, para estudantes do IFMG Campus Governador Valadares, mediante também a locação de espaço público, por meio de concessão a valor fixo, podendo ser reajustável a cada 12 meses, onde serão preparadas as refeições e lanches que serão servidos. As condições estão descritas no Termo de Referência.

3.2. Os estudantes serão selecionados através de edital de seleção, que se dará por critérios socioeconômicos, por meio de inscrição no Sistema de Seleção de Assistência Estudantil (SSAE), sistema já utilizado pela Diretoria de Assuntos Estudantis e pelo IFMG Campus Governador Valadares.

3.3. O Campus Governador Valadares do IFMG está localizado à Avenida Minas Gerais, 5.189, Bairro Ouro Verde, Governador Valadares/MG. O espaço reservado para a instalação da cantina/lanchonete possui uma área total de 400m². Os ambientes poderão ser remanejados de acordo com a necessidade da CONCESSIONÁRIA e não há nenhum tipo de mobiliário disponível, somente a pia e balcão.

3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá equipar a cantina com todos os eletrodomésticos e utensílios necessários.

3.5. Os reajustes de preços deverão passar pela análise da fiscalização e Administração do Campus.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O Contratado (a) deve atender os seguintes requisitos técnicos e legais:

4.1. Os serviços serão executados por empresa especializada no fornecimento, na preparação e distribuição de alimentos /refeições, incluindo serviço de lanchonete, de acordo com o calendário letivo do IFMG – Campus Governador Valadares, ressalvados os dias em que não houver expediente;

4.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.2. Os serviços serão realizados no IFMG Campus Governador Valadares, incluindo as áreas de Lanchonete e Refeitório;

4.3. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços (espaço objeto da cessão onerosa de uso), acompanhado por servidor designado para esse fim, podendo sua realização ser comprovada por atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

4.4. O valor da indenização pecuniária (aluguel) pela cessão de uso da área será fixo e irrevogável para os primeiros 12 (doze) meses de execução do contrato, sendo automaticamente reajustado caso a prorrogação do contrato seja vantajosa para a Administração.

4.5. Além do aluguel, a contratada também deverá ressarcir o IFMG Campus Governador Valadares nos valores correspondentes aos consumos de água e energia elétrica, conforme especificado neste Termo de Referência em seus itens 1.3 e 1.3.1.

4.6. A Administração não fornecerá desconto sobre o valor fixado para a indenização pecuniária pela cessão de uso da área e ressarcimento de água e energia elétrica no período de férias e recessos escolares, visto que são situações ordinárias previamente conhecidas, constantes e disponibilizadas no calendário acadêmico da Instituição e, portanto devem ser computadas como custo inerentes à contratação.

4.7. A periodicidade de reajuste do valor do contrato do aluguel será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º10.192, de 2001, utilizando-se o IGP-M/FGV. Enquanto o reajuste das tarifas de água e energia estarão condicionados aos reajustes das respectivas empresas responsáveis pelos fornecimentos de água e energia.

4.8. Utilizar empregados habilitados e em quantidade suficiente, com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

4.9. A empresa deverá dispor de uma (um) Nutricionista Responsável Técnica (o), com distribuição de carga horária semanal e jornada de trabalho compatível com os turnos de produção dos serviços.

4.10. Disponibilizar um (a) funcionário (a) somente para a utilização de sistema de controle de refeições e caixa. Este não poderá servir ou manipular alimentos.

4.11. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.12. A contratada deve responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributária se as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

4.13. A concessionária será responsável pelos EPIs dos seus colaboradores devendo todos estarem devidamente equipados para o serviço, conforme as normas regulamentadoras que também serão aferidas através de IMR(Índice de Medição de Resultados) pelo fiscal do contrato. O Campus Governador Valadares não irá se responsabilizar pela disponibilização de EPIs.

4.14. Providenciar e custear toda e qualquer máquina, material, mobiliário e/ou equipamento que venha a ser necessário para o atendimento do fim público a que se destina esta contratação de forma que o tipo e quantidade disponíveis sejam suficientes para o perfeito atendimento ao usuário, observando sempre as disposições legais quanto à segurança, manuseio e higiene desses.



4.15 A CONCESSIONÁRIA deverá dispor de todos os equipamentos necessários para a prestação dos serviços, desde geladeiras, freezers, balcões, estufas, forno, fogão, micro-ondas, conjuntos de mesas e cadeiras e quaisquer outros itens inerentes a prestação do serviço.

4.16. A instalação e manutenção dos equipamentos e utensílios utilizados para a prestação dos serviços são de inteira responsabilidade da Concessionária.

4.17. O Campus Governador Valadares NÃO será responsável pela aquisição, disponibilização, manutenção e possíveis prejuízos que a CONCESSIONÁRIA poderá sofrer nos equipamentos utilizados durante a prestação dos serviços.

4.18. A CONCESSIONÁRIA também ficará responsável pela instalação de televisões, ventiladores e quaisquer outros eletrodomésticos que julgar necessários para a boa prestação dos serviços.

4.19. A CONCESSIONÁRIA deverá contar com opções de pagamentos suficientes para que não haja prejuízo aos usuários podendo ser: dinheiro, cartões de crédito e débito, vale refeições, pix, etc.

4.20. Os serviços deverão ser prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art.5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

4.21. O acesso à internet dentro das limitações do espaço objeto da cessão onerosa de uso, caso seja do interesse ou necessidade da Contratada, deverá ser contratado de forma individual e independente, e às suas expensas, da infraestrutura destes serviços na instituição.

4.22. A empresa deverá seguir todas as legislações e normativos pertinentes, bem como suas alterações, e demais normas aplicáveis ao objeto.

4.23. As atividades da contratada estarão sob supervisão de gestão e fiscalização da execução contratual cujo objetivo é aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado.

4.24. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores e/ou equipe de fiscalização, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

4.25. Somente poderão ser servidas refeições preparadas exclusivamente na cozinha do espaço destinado à cessão onerosa de uso, podendo, neste caso, serem produzidos diariamente, sob demanda (na hora), ou previamente, em quantidade suficiente para atender ao consumo diário estimado.

4.26. Os alimentos oferecidos, tanto os industrializados quanto os naturais, deverão ser de boa qualidade. Todos deverão ser disponibilizados em quantidade suficiente para atender a demanda de usuários do Campus.

4.27. Serviço de fornecimento, preparo e distribuição de refeição (almoço) para discentes do IFMG – Campus Governador Valadares, no modo “prato feito”, conforme condições impostas no Termo de Referência.

4.28. O cardápio deverá ser elaborado por Responsável Técnico da Contratada, sob supervisão e aprovação do IFMG Campus Governador Valadares, de maneira a evitar rotinas, garantindo a diversidade de opções, observadas as exigências constantes no Termo de Referência.

4.29. As preparações oferecidas na cantina/restaurante devem atender, também, aos comensais com necessidades nutricionais específicas, tais como celíacos, diabéticos, hipertensos e intolerantes à lactose.

4.30. Serviço de exploração de lanchonete para todo o público do IFMG – Campus Governador Valadares.

4.31. Todos os produtos alimentícios deverão ser disponibilizados em quantidade suficiente para atender a demanda de usuários do Campus Governador Valadares. Para o levantamento de potenciais usuários que circulam no Campus, foram consultados dados do SUAP e da Secretaria de Registro Acadêmico:

- Estudantes = 801
- Servidores = 105;

- Terceirizados = 21;

Totalizando 927 potenciais usuários.

4.32. Os valores dos produtos a serem vendidos pela futura contratada por meio do serviço de lanchonete (bebidas, lanches, etc) serão repassados para a fiscalização do contrato que verificará a conformidade dos valores com a média de preços de venda destes produtos em estabelecimentos comerciais semelhantes (bares, lanchonetes, conveniências, etc). Em posse desta lista, a equipe de fiscalização do contrato realizará pesquisa de preços ficando a futura contratada obrigada a adequar os preços dos produtos da lanchonete em conformidade com o valor médio dos produtos oriundos da pesquisa de preços realizada pela fiscalização.

4.33. Os valores destes produtos poderão ser alterados sempre que houver flutuação de preços, para mais ou para menos, podendo ser motivado pela contratada. Esta alteração de preços não se vincula à cláusula de Reajuste prevista no TR em razão de sua característica divergir dos demais itens objetos desta contratação.

4.34. Caso ocorra aumento nos valores da matéria-prima de algum produto e a CONCESSIONÁRIA verifique a necessidade de alterar o preço, deverá enviar um ofício à fiscalização, solicitando a alteração e os comprovantes que justifiquem o respectivo aumento à CONCEDENTE que irá analisar o pedido e retornar em até 10 (dez) dias úteis.

4.35. Em resumo, a CONCESSIONÁRIA deverá:

1. Fornecer refeições rápidas, naturais e convencionais, lanches e outros, colocando tabelas e especificando-as com discriminação e os respectivos preços. O preparo das refeições e lanches deverá obedecer às boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos conforme legislação pertinente.
2. Incentivar o consumo de sucos e alimentos naturais, comercializando-os de forma a disseminar hábitos saudáveis.
3. A tabela de preços dos lanches e demais produtos, devidamente aprovada pela CONCEDENTE deverá ser afixada em lugar visível, com os preços atualizados. Não será permitida a inclusão de taxas, tais como comissões e gorjetas, nos preços da tabela, nem a sua cobrança à parte.
4. Não vender, sob qualquer pretexto, cigarro e/ou bebidas alcoólicas de qualquer natureza.
5. Não explorar quaisquer tipos de jogos com fins lucrativos ou não.
6. Deverá manter sempre higienizados os equipamentos e instalações de todo o espaço físico concedido para exploração dos serviços de cantina.
7. Não fazer uso de propagandas de qualquer natureza sob a forma de cartazes, adesivos e similares nas paredes externas e internas e portas em geral, como também, a venda de rifas, cursos, congressos, seminários e jornadas (matrícula e inscrição).
8. O uso de rádios e músicas é permitido desde que não atrapalhe os ambientes de estudo e trabalho.
9. Deverá manter o padrão de qualidade dos cardápios diários com as reposições necessárias antes do término dos alimentos, de forma contínua, desde o início do horário estabelecido até o término do horário de prestação dos serviços.
10. Os equipamentos, móveis e utensílios que entram em contato com alimentos devem ser de materiais inertes (que não promovam a migração de substâncias tóxicas, ou que alterem as qualidades nutricionais e sensoriais dos alimentos), conforme estabelecido em legislação específica. Devem ser mantidos em adequado estado de conservação e ser resistentes à corrosão e a repetidas operações de limpeza e sanitização. Não utilizar os utensílios ou móveis ou qualquer outro objeto de madeira que possam entrar em contato direto com o alimento.
11. Os utensílios (louças, copos, talheres, etc.) deverão ser adequados aos tipos de refeições e lanches servidos, os quais deverão apresentar perfeitas condições de qualidade e higiene.
12. Deverá manter atualizada durante toda a vigência do contrato os documentos exigidos na habilitação e contratação, cumprir com a legislação trabalhista, somente manter funcionários com carteira de trabalho assinada, obedecendo à legislação tributária e demais direitos trabalhistas.
13. Em caso de rescisão deste contrato, independentemente do motivo que lhe der causa, a CONCESSIONÁRIA deverá retirar todos os seus bens e equipamentos, bem como todas as adaptações efetuadas no espaço e equipamentos, repondo-os nas mesmas condições em que se encontram descritos no Termo de Referência, num prazo máximo de 7 dias.

## Sustentabilidade

4.36. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de concessão promovidos pela Administração Pública, e em atendimento aos artigos 5º e 6º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, serão exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.36.1. uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;;

4.36.2. medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.36.3 separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.36.4. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, no que couber.

4.37. O fornecedor deve atender as recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis previstos na RDC ANVISA Nº 216 DE 2004.

### **Subcontratação**

4.38. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.39. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

4.39.1. No presente caso, opta-se pela não exigência de garantia contratual, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços de fornecimento de refeições preparadas, de execução continuada e pagamento mensal, mediante a efetiva prestação dos serviços. Tal característica reduz significativamente os riscos de inadimplemento, uma vez que a remuneração da contratada ocorrerá somente após a comprovação da regular execução contratual.

4.39.2. A exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, especialmente em contratações de menor complexidade operacional, ao impor custos adicionais aos licitantes, os quais poderiam ser repassados à Administração nos preços ofertados.

4.39.3. A adequada fiscalização contratual, aliada às sanções administrativas previstas na legislação e no instrumento convocatório, mostra-se suficiente para resguardar os interesses da Administração e assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

### **Vistoria**

4.40. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **8** horas às **15** horas.

4.41. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.42. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.42.1. A vistoria deverá ser agendada na Diretoria de Administração e Planejamento do IFMG Campus Gov. Valadares, através do e-mail: [administracao.gv@ifmg.edu.br](mailto:administracao.gv@ifmg.edu.br).

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias da assinatura do contrato.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Minas Gerais, 5.189 - Bairro Ouro Verde - Gov. Valadares MG, CEP 35057-760;

5.3. O horário de funcionamento da cantina será de 07h00 às 22h00, de segunda a sexta-feira, devendo a CONCESSIONÁRIA manter pontualidade no cumprimento do horário estipulado. O horário poderá ser alterado em casos excepcionais, como: greve, força maior, período de férias letivas, eventos no Campus, entre outros, após acordo entre a Direção do Campus e a CONCESSIONÁRIA. É obrigatório que no horário de abertura da cantina/lanchonete tenha um mínimo de lanche para o café da manhã.

5.4. As refeições (almoço) deverão ser servidas no horário das 11h00min às 13:30h.

5.5. Aos sábados letivos e, eventualmente, aos domingos e feriados poderá ocorrer demanda em função de atividades escolares, nesses casos, a CONCEDENTE comunicará a CONCESSIONÁRIA com 3 (três) dias de antecedência para a CONCESSIONÁRIA responder sobre a viabilidade de abertura da cantina/lanchonete ou não.

5.6. Durante o período de recesso escolar (férias ou outro tipo de paralisação das atividades da Instituição), será obrigatório o funcionamento da cantina/lanchonete, podendo haver redução do horário de funcionamento.

5.7. A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar reunião com o fiscal do contrato, juntamente com a gestão do Campus para definir o horário de funcionamento da cantina no período citado no item anterior, com no mínimo 5 dias úteis de antecedência.

5.8. A CONCESSIONÁRIA não poderá alterar o atendimento por iniciativa própria, o que irá gerar penalização via IMR e/ou multa por inexecução, a depender do caso.

5.9. A CONCESSIONÁRIA deverá comunicar a Administração do Campus em casos de ausência ou não cumprimento do horário estabelecido com antecedência mínima de 24 horas.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.10. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.10.1. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer lixeiras com tampa móvel, acionamento por pedal e sacos de plásticos no interior, identificadas e íntegras, de fácil higienização e transporte, em número e capacidade suficientes para conter os resíduos, promovendo a limpeza do local concedido, durante todo o período de execução contratual. As lixeiras devem situar-se em locais específicos, distantes da manipulação dos alimentos e facilitando o fluxo de saída do lixo;

- 5.10.2. Os recipientes que, porventura sejam utilizados nas áreas de preparação e armazenamento de alimentos, também devem ser dotados de tampas acionadas sem contato manual, devendo permanecer constantemente tampados e ainda, frequentemente coletados, estocados em local fechado e isolado, de forma a evitar focos de contaminação e atração de vetores e pragas urbanas;
- 5.10.3. Preferencialmente, deve haver conscientização sobre o descarte correto dos resíduos, com separação do lixo reciclável e não reciclável, oferecendo lixeiras específicas e destinando o lixo de forma correta.
- 5.10.4. Equipar as instalações da cantina do IFMG Campus Gov. Valadares com no mínimo os seguintes equipamentos: balcão self-service, utensílios domésticos, fogão, freezer, refrigerador, painéis, pratos, talheres, copos, xícaras, etc.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.11. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.11.1. O serviço será prestado no IFMG Campus Gov. Valadares, localizado à Av. Minas Gerais, 5.189, Bairro Ouro Verde, Gov. Valadares(MG), CEP 35057-760. O espaço da cantina possui área aproximada de 400 m².
- 5.11.2. A CONCESSIONÁRIA deverá dispor de equipamentos, utensílios, maquinários e demais peças necessárias às atividades a serem desenvolvidas, bem como de eletrodomésticos de cozinha e cantina, materiais de consumo além de outros que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento da cantina e ao pleno cumprimento do objeto da contratação.
- 5.11.3. Todos os materiais, equipamentos e utensílios, devem estar em perfeito estado de funcionamento.
- 5.11.4. O IFMG Campus Gov. Valadares custeará através do Programa de Auxílio Alimentação para os alunos dos Cursos Técnicos, conforme normas estabelecidas pela Direção do IFMG Campus Gov. Valadares, a quantidade estimada diária de 150 refeições por dia letivo, totalizando 18.000 refeições anuais. As refeições poderão ser: prato feito ou marmitex .
- 5.11.5.. O total de refeições anuais pode sofrer alterações em virtude de mudanças que ocorram no calendário acadêmico, em razão de casos excepcionais como greve, força maior entre outros, bem como variações de demanda de alunos e flutuações orçamentárias em razão da disponibilidade e /ou criação programa do Governo para atendimento desta demanda específica.
- 5.11.6. O cardápio sugerido é somente a título de referência, não é fixo e poderá sofrer alterações, levando-se em conta o comportamento dos usuários frente à alimentação servida.
- 5.11.7. O cardápio da refeição deverá apresentar-se diariamente com todos os grupos de alimentos, contento os seguintes produtos:
- 5.11.8. Cardápio linha de servir:

PREPARAÇÃO	QUANTIDADES DIÁRIAS	TIPO
Salada	3 (três)	1 (uma) folhosa    1 (uma) crua    1 (uma) cozida
Arroz	2 (dois)	Branco, integral e variações (carreteiro, arroz de forno, etc)
Leguminosa	1 (um)	Feijão ou lentilha
Acompanhamento	2 (dois)	Massas (lasanha, macarrão, nhoque, ravioli), farofa, purê de batata ou mandioca.
Prato Principal	2 (dois)	Carne (bovina, frango, suína, pescado) e proteína vegetariana com variação diária (opção de prato a base de proteína de soja, grão de bico e ovos).

5.11.9 Variações do prato principal:

Primeira variação:

TIPO	ESPECIFICAÇÃO	PREPARAÇÕES	PORÇÃO (aprox.)	FREQUÊNCIA

Bovino sem osso	Patinho, alcatra, coxão mole, tatu, maminha ou melhor qualidade	Bife, cubos, iscas, assados, à milanesa	100g	02 vezes/mês
	Contra filé	Grelhado	100g	02 vezes/mês
	Carne moída (coxão mole, patinho ou maminha)	Com molho, legumes, almôndega, rocambole, bolo de carne.	100g	03 vezes/mês
Frango sem osso	Filé de peito de frango	Grelhado, cubos, iscas, à milanesa.	100g	04 vezes/mês
	Sobrecoxa desossada	Assado, empanado, iscas, à milanesa.	100g	04 vezes/mês
Suína sem osso	Lombo	Assado, com molho.	100g	02 vezes/mês
	Pernil	Assado, com molho.	100g	02 vezes/mês
Pescados	Filé: pescada, merluza, tilápia, anjo	Grelhado, assado, à milanesa e cozido.	100g	03 vezes/mês
Vegetariano	Bife ou proteína texturizada de soja, hambúrguer de grão de bico, omelete ou outra melhor qualidade.	Com molho, assado e grelhado.	100g	22 vezes/mês

## 5.12. GARANTIR O FUNCIONAMENTO CONFORME AS SEGUINTE CONDIÇÕES:

5.12.1. Qualquer alteração do horário de funcionamento somente será admitida com prévia autorização do Fiscal do Contrato, juntamente com a Gestão do Campus, sendo que a CONCESSIONÁRIA, sempre que necessário ou exigido deverá cumprir com as solicitações feitas pela CONCEDENTE;

5.12.2. Não será permitido que o serviço da cantina/lanchonete seja interrompido, salvo autorização do IFMG – Campus Gov. Valadares.

5.12.3. Nos períodos de férias e recessos escolares, não haverá redução do valor referente ao aluguel e ressarcimento de taxas de energia e água, visto que são situações ordinárias previamente conhecidas, constantes e disponibilizadas no calendário acadêmico da Instituição e, portanto devem ser computadas como custo inerentes à contratação.

5.12.4. O número mínimo de funcionários exigidos para atendimento será de 02 (dois) em cada período de trabalho, sendo permitida a redução somente em casos excepcionais, justificados e aceitos pelo Fiscal do Contrato.

5.12.5. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, respeitada as quantidades mínimas estabelecidas, categorizar e dimensionar o quadro de pessoal de forma atender plenamente a operacionalização de serviços objeto desta licitação.

5.12.6. Apresentar para a concedente, até o 2º (segundo) dia útil anterior ao início das atividades da cantina, a relação dos seus funcionários que prestarão serviços, bem como qualquer alteração e atualização.

5.12.7. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizada durante toda a vigência do contrato os documentos exigidos na habilitação e contratação, cumprir com a legislação trabalhista, somente manter funcionários com carteira de trabalho assinada, obedecendo à legislação tributária e demais direitos trabalhistas.

5.12.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, quando houver contratação de funcionários, cumprindo as Leis Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias.

5.12.9. A CONCESSIONÁRIA não poderá autorizar a circulação de terceiros que não componham o quadro oficial de funcionários nas dependências internas da cantina. Salvo, fiscais de contrato, visitantes e/ou autoridades sanitárias que queiram observar/averiguar as condições de preparo e instalações, conforme legislação vigente.

5.12.10. A CONCESSIONÁRIA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários em casos de acidente ou emergência.

- 5.12.11. Instruir os trabalhadores, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da concedente.
- 5.12.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus funcionários, das normas disciplinares determinadas pela concedente.
- 5.12.13. Deverão ser mantidos nos locais de trabalho somente empregados que tenham idade permitida por lei para o exercício da atividade e que gozem de boa saúde física e mental;
- 5.12.14. A CONCESSIONÁRIA assume integral responsabilidade por todos os atos ou omissões que venham a praticar seus empregados, durante a execução do contrato;
- 5.12.15. A CONCESSIONÁRIA se compromete a afastar qualquer empregado a seu serviço que, a exclusivo juízo do IFMG – Campus Gov. Valadares, não preencha as condições exigíveis para os serviços contratuais, substituindo-o no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.12.16. A CONCESSIONÁRIA se compromete a facilitar, amplamente, a fiscalização e supervisão permanente IFMG – Campus Gov. Valadares, na execução dos serviços e no cumprimento das obrigações pactuadas.
- 5.12.17. A CONCESSIONÁRIA não poderá usar as instalações e equipamentos da cantina para produzir alimentos e serviços para outros estabelecimentos que não seja o do IFMG – Campus Gov. Valadares;
- 5.12.18. A CONCESSIONÁRIA se compromete a prestar, a qualquer momento, todos os esclarecimentos e informações administrativas ou técnicas, que lhes forem solicitadas pelo Fiscal do Contrato;
- 5.12.19. A CONCESSIONÁRIA se compromete a proceder às manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos, de forma a não ocasionar prejuízo à execução dos serviços.
- 5.12.20. O IFMG – Campus Gov. Valadares não se responsabilizará pela execução do serviço de cantina /lanchonete da CONCESSIONÁRIA, ficando a mesma responsável pela prestação dos serviços com qualidade.
- 5.12.21. A guarda e segurança dos equipamentos e utensílios da cantina/lanchonete são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, não cabendo ao IFMG – Campus Gov. Valadares, qualquer ressarcimento por furto ou danos.
- 5.12.22. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atendimento exclusivo no caixa, não permitindo o manuseio concomitante de dinheiro e alimentos;
- 5.12.23. Os manipuladores que apresentarem lesões cutâneas devem ser afastados da área de manipulação de alimentos;
- 5.12.24. Manter o padrão de qualidade dos alimentos e atendimento pessoal, desde o primeiro até o último dia de vigência do contrato.
- 5.12.25. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer qualquer outro serviço, relacionado com a atividade fim, desde que seja comunicado previamente à Administração do Campus Gov. Valadares.
- 5.12.26. A cantina se destinará, unicamente, de forma contínua e ininterrupta, ao desempenho das atividades previstas no Contrato de Cessão de Uso do espaço público, sendo que qualquer outra atividade deverá ser autorizada pela Administração do Campus Gov. Valadares.

#### 5.13. GARANTIR AS SEGUINTESS CONDIÇÕES RELACIONADAS AOS PREÇOS:

- 5.13.1. Os preços dos produtos ofertados na cantina/lanchonete não poderão ser superiores aos praticados no mercado da cidade onde será instalada a cantina/lanchonete, objeto da concessão de uso;
- 5.13.2. A tabela de preços praticados deverá ser exposta para os usuários, sendo que a o Fiscal do Contrato poderá, a qualquer época, solicitar a redução dos preços se verificada incompatibilidade com os praticados no mercado regional;

5.13.3. Os valor das refeições serão pagos diretamente pelo cliente à CONCESSIONÁRIA, não tendo a CEDENTE qualquer participação ou responsabilidade pelo pagamento, com exceção das refeições custeadas pelo IFMG através do Programa de Auxílio Alimentação.

5.13.4. A CONCESSIONÁRIA deverá contar com opções de pagamento suficientes para que não haja prejuízo aos usuários podendo ser: dinheiro, cartões de crédito e débito, vale refeições, pix, etc.

5.13.5. Uma vez fixados os preços dos produtos, estes poderão ser reajustados apenas uma vez por ano, de acordo com o índice IPCA, ou apresentação pela CONCESSIONÁRIA de pedido de reequilíbrio econômico financeiro, encaminhado por ofício solicitando a alteração e os comprovantes que justifiquem o respectivo aumento à CONCEDENTE que irá analisar e dar o retorno em até 10 (dez) dias úteis.

#### 5.14. GARANTIR AS SEGUINTE CONDIÇÕES RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA:

5.14.1. Disponibilizar para os usuários, em número adequado, mesas, balcões, cadeiras ou bancos, utilizando somente a área pré-determinada e respeitando normativa sobre ergonomia, em quantidade suficiente para proporcionar um bom atendimento, e de máquinas e utensílios necessários para prestação de serviços;

5.14.2. Manter no espaço físico da cantina, móveis, utensílios e equipamentos em perfeitas condições de uso, conservação e higiene.

5.14.3. Disponibilizar, no mínimo, dois recipientes com álcool em gel na entrada da cantina para higienização;

5.14.4. A CONCESSIONÁRIA deverá promover o conserto de móveis, equipamentos e instalações da CONCEDENTE que estiverem danificados antes do término do contrato. Na ocorrência de perda, extravio ou dano irreparável, a CONCEDENTE deverá providenciar a reposição do bem ao patrimônio público, antes do término do contrato;

5.14.5. Qualquer alteração, ampliação ou benfeitorias que impliquem em obras ou modificações do espaço físico objeto da concessão, somente poderão ser executadas após a aprovação da Diretoria Geral do Campus Gov. Valadares.

5.14.6. A implementação de benfeitorias consideradas oportunas, deverão conter Projeto Técnico assinado por profissional da área de Engenharia/Arquitetura, devidamente registrado no Conselho de Classe, e desde que aprovadas previamente pela CONCEDENTE. Esta submeterá à sua área técnica específica, sendo que a aprovação conduzirá à incorporação ao seu patrimônio, excluído da CONCESSIONÁRIA, direito de indenização sob qualquer título.

#### 5.15. LIMPEZA E CONTROLE DE PRAGAS E ROEDORES

5.15.1. Realizar a limpeza diária e total de toda área destinada à cantina e refeitório, com o uso de materiais de limpeza adequados, tais como: produto com poder bactericida, ação fungicida e propriedade vermificada, de forma a se obter ampla higienização do ambiente, equipamentos e utensílios de cozinha, bem como das mãos dos empregados que manipulem alimentos;

5.15.2. O material de limpeza e a retirada do lixo são de responsabilidades da Concessionária.

5.15.3. Acondicionar e retirar diariamente o lixo relacionado à prestação de serviço;

5.15.4. CONCESSIONÁRIA deverá manter um programa periódico de desinsetização e desratização, com frequência, de acordo com as necessidades do local.

5.15.5. A CONCESSIONÁRIA deverá manter um programa periódico de desinsetização e desratização, com frequência, de acordo com as necessidades do local.

5.15.6. As empresas responsáveis pelos serviços de desratização e desinsetização deverão: apresentar alvará de funcionamento expedido pelo Centro de Vigilância Sanitária e comprovar o seu registro em um dos Conselhos Regionais: CREA, CRB, CRMV, CRF, CRQ, ETC, como apresentar informações seguras sobre o uso dos inseticidas utilizados, especialmente, quanto à toxicidade dos produtos utilizados nesses serviços e o tempo necessário de ausência do local.



5.15.7. A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pela preparação do local a ser dedetizado e desratizado, providenciando-se, a retirada de todos os alimentos e utensílios do local onde será realizado o serviço.

#### 5.16. INFORMAÇÕES GERAIS PARA O FORNECIMENTO DE LANCHES E REFEIÇÕES:

5.16.1. A população geral do Campus é composta por, aproximadamente, 801 estudantes, 105 servidores e 21 funcionários terceirizados;

5.16.2. A indicação desse quantitativo não constitui qualquer compromisso presente ou futuro por parte do Campus Gov. Valadares, que não poderá ser responsabilizado por variações na quantidade de lanches /refeições a serem servidos pela licitante vencedora;

5.16.3. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à Contratante um cardápio mínimo a ser comercializado na cantina, para aprovação da fiscalização/Administração do Campus.

5.16.4. Os preços praticados no cardápio mínimo deverão acompanhar os preços de mercado local.

5.16.5. O serviço de Cantina deverá colocar à disposição dos usuários, gratuitamente, em quantidades adequadas e em recipientes apropriados, os seguintes materiais: guardanapo de papel, sal (sachê), açúcar (sachê), adoçante (sachê), palito de dente (embalagem individual), canudo (embalagem individual), pás para misturar bebidas, pimenta e molhos diversos, ketchup (sachê), mostarda (sachê), maionese (sachê).

#### 5.17. DA CESSÃO ONEROSA DE USO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.17.1. A Cessão de Uso será outorgada pelo IFMG Campus Gov. Valadares, mediante contrato de cessão onerosa de uso assinado pelo Diretor Geral do Campus, ou quem detiver delegação expressa e especial competência, e a CONTRATADA.

5.17.2. Não será permitido ceder ou transferir a terceiros, a qualquer título, a Cessão de Uso, nem emprestar ou sublocar a Cantina, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma de permitir a terceiros o uso desta, ainda que tenha a mesma finalidade.

5.17.3. O valor referente a Cessão de Uso do Espaço poderá ser reajustado a cada período de 12 meses, a critério da Administração, através da aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, ressalvado o disposto na alínea “d” do inciso II do art. 65 da lei nº 8.883/94.

5.17.4. Qualquer solicitação de alteração no preço do valor a ser pago pela utilização do espaço físico, por parte da CONTRATADA, deverá ser feita através de cálculos demonstrativos e justificativas devidamente fundamentados, a qual será analisada pela Diretoria de Administração e Planejamento e Direção Geral do Campus Gov. Valadares, manifestando concordância ou não com o solicitado.

5.17.5. As refeições (prato feito) efetivamente fornecidos e comprovados pela CONTRATADA aos alunos beneficiados pelo Programa Auxílio Alimentação serão custeadas no valor estimado de R\$367.200,00 (trezentos e sessenta e sete mil e duzentos reais) para exercício 2026, podendo aumentar nos demais exercícios posteriores enquanto durar o contrato.

5.17.6. O pagamento das refeições referentes aos usuários que não fazem jus ao subsídio do Programa Auxílio Alimentação será realizado pelos próprios usuários, no valor total da refeição, mediante cobrança diretamente aos usuários efetuada pela Concessionária no momento da prestação dos serviços. **O valores do prato feito vendidos aos não beneficiários do Programa de Auxílio à Alimentação, deverão ser os mesmos valores resultado desta licitação.**

5.17.7. O IFMG Campus Gov. Valadares, não será responsável pelo consumo de usuários não selecionados no Programa Auxílio Alimentação.

5.17.8. O fornecedor deve ser providenciar o registro diário do quantitativo de refeições fornecidas e cardápio servido.

#### Uniformes

5.18. A CONTRATADA deverá fornecer uniformes completos a cada um de seus empregados (calça, camisa ou jaqueta, avental de pano ou napa, botas de PVC, sapatos, gorro, touca, boné, luvas, máscara, etc.), adequados às atividades de produção de lanches, bem como os equipamentos de segurança individual imprescindíveis à segurança física da mão-de-obra.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.19. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV do edital.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. Formas de Aferição e Medição do Serviço:

7.4.1. Os serviços descritos neste Termo de Referência deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulado pelo IFMG Campus Gov. Valadares, conforme Instrumento de Medição de Resultado (IMR) - Anexo IV do Edital. ;

7.4.2. Se a Contratada não cumprir os compromissos assumidos em contrato, estará passível às sanções administrativas cabíveis.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Critérios de Aceitação:

7.5.1.1. A recusa dos serviços poderá ocorrer por motivos de vícios de qualidade ou por não observância dos padrões e melhores práticas adotados pela Contratante.

7.5.1.2. Na primeira avaliação do Edital que resultar em Pontuação abaixo de 7, a Contratada será advertida por escrito pela autoridade competente da Contratante. A ocorrência de três avaliações que resultar na pontuação abaixo de 5,1, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) vezes alternadas no prazo de 12 (doze) meses, ensejará a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas.

7.6. Início do Contrato - O que abrange:

7.6.1. Reunião preliminar com a presença do Gestor do Contrato, Fiscal Administrativo e do Fiscal Técnico, e da Contratada, onde serão tratados:

7.6.2. Esclarecimentos e dúvidas acerca do Contrato;

7.6.3 Apresentação e designação formal pela Contratada do preposto, que é o responsável por representar a contratada durante a execução contratual;

7.6.4. Apresentação da equipe de Gestão, pelo IFMG Campus Gov. Valadares.

7.6.5. Apresentação do Plano de Inserção da Contratada, contemplando o repasse de conhecimentos necessários à execução dos serviços, como o fornecimento de materiais e as atividades a serem executadas.

7.7. Pagamento da Bolsa Alimentação:

7.7.1. Na solicitação de pagamento das refeições, a Concessionária deverá emitir, mensalmente, para o Fiscal Técnico, um relatório com a quantidade de refeições fornecidos aos alunos bolsistas do bolsa alimentação para a realização da prestação de contas.

7.7.2. O relatório deve ser entregue mensal, obrigatoriamente.

7.7.3. O pagamento referente ao subsídio oferecido aos alunos contemplados pelo Programa Auxílio Alimentação pelo IFMG Campus Gov. Valadares, será pago à Concessionária mensalmente, de acordo com o consumo praticado no período.

7.7.4. A Contratante deverá gerenciar forma de controle da quantidade de refeições mensais servidas aos alunos através do Programa Auxílio Alimentação, para confrontar as informações com o relatório entregue pela Concessionária para comprovação da quantidade de refeições servidas.

#### 7.8. Pagamento da Cessão de Uso:

7.8.1. O valor de R\$1.760,14 (um mil setecentos e sessenta reais e quatorze centavos) será pago mensalmente ao campus. Este valor é a soma do valor estimado do aluguel (R\$1.466,79), mais 20% deste aluguel (R\$293,35) à título de ressarcimento do uso de água e energia, referente à cessão de uso do espaço da Cantina. O valor será recolhido através de Guia de Recolhimento da União (G.R.U), sob o código 28804-7, UG 158513, que será providenciada pelo Fiscal Administrativo do Contrato, por intermédio da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do Campus Gov. Valadares.

7.8.2. O vencimento referido acima ocorrerá sempre no último dia de cada mês e poderá ser pago até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente.

7.8.3. O atraso no cumprimento desta obrigação acarretará para a Concessionária multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor a ser pago, acrescido de juros de mora de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, a ser contabilizado no período correspondente ao atraso.

7.8.4. O não pagamento após 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo, sem motivo justificado e aceito pelo Campus Gov. Valadares, implicará sanções previstas na Lei 14133/21.

7.8.5. Se o atraso no pagamento por parte da Concessionária for superior a 90 (noventa) dias, a Cedente procederá à rescisão contratual.

#### 7.9. Do Ressarcimento do consumo de água e esgoto:

7.9.1. Campus Gov. Valadares do IFMG não possui instalado um hidrometro individualizado para apurar o consumo real durante o período da concessão do espaço da cantina/lanchonete.

7.9.2. Os valores da conta de água e esgoto estarão inclusos no valor do aluguel, conforme o item 1.3 deste termo, até que instalemos um hidrômetro da ÁGUAS VALADARES, para o fornecimento diretamente com a concessionária que ora presta este serviço ao município.

#### 7.10. Do Ressarcimento do consumo de energia elétrica:

7.10.1. Campus Gov. Valadares do IFMG não possui instalado um medidor de energia individualizado para apurar o consumo real durante o período da concessão do espaço da cantina/lanchonete.

7.10.2. Os valores da conta de energia estarão inclusos no valor do aluguel, conforme o item 1.3 deste termo, até que instalemos um medidor de energia da CEMIG, para o fornecimento diretamente com a concessionária que ora presta este serviço ao Estado.

7.11. As despesas de energia elétrica e água/esgoto deverão ser pagas juntamente com o valor da concessão mensal:

#### Recebimento

7.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.13. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.14. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.15. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.16. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.16.1. o fiscal administrativo do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.17. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.18. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.19. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.20. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.21. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.22 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.23. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.23.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.23.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.23.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.23.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.23.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.25. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.27. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.28. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.29. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.31. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.32. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.32.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.32.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.33. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.34. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.35. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.36. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.37. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.38. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.39. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.40. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.41. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.41.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.42. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.43. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da homologação da proposta vencedora. O reajuste anual será concedido com os seguintes índices:

7.43.1. O índice a ser usado para o reajustamento anual do item 1 do quadro 1.4 deste Termo de Referência, será o IPCA/IBGE.

7.43.2. O índice a ser usado para o reajustamento anual do item 2 do quadro 1.4 deste Termo de Referência, será o IGP-M.

7.44. A adoção de índices distintos para o reajuste anual das obrigações contratuais mostra-se tecnicamente adequada, em razão da natureza específica de cada objeto contratado.

7.45. No caso da cessão onerosa do espaço destinado à cantina, a utilização do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) revela-se apropriada por ser amplamente empregado em contratos de locação e cessão de uso de imóveis em todo o país. Trata-se de indicador que reflete as variações de preços em diversos segmentos da economia, especialmente aqueles relacionados ao mercado imobiliário, preservando o equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual e mantendo a compatibilidade com as práticas correntes do mercado.

7.46. Por sua vez, para o reajuste do valor unitário do prato feito fornecido aos estudantes, a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE), apurado pelo IBGE, mostra-se mais adequada. Isso porque o IPCA reflete a variação dos preços de bens e serviços consumidos pelas famílias, incluindo itens diretamente relacionados ao setor de alimentação, representando com maior precisão os custos envolvidos na execução desse serviço. Dessa forma, o índice assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato sem gerar distorções decorrentes de oscilações próprias de outros setores econômicos.



7.47. Assim, a utilização do IGP-M para a cessão do espaço e do IPCA/IBGE para o fornecimento das refeições observa os princípios da razoabilidade, da eficiência e da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro contratual, alinhando os reajustes às particularidades de cada objeto e às práticas usualmente adotadas pelo mercado.

7.48. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para o pagamento de refeições, e Índice Geral de Produtos - Mercado (IGP-M), para o pagamento do aluguel referente à cessão do espaço físico, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.49. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.50. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.51. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.52. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.53. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.54. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.55. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.55.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.55.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.55.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.55.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.56. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15%** (quinze por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*dias*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO , sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Exigências de habilitação**

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Alvará/Licença de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal de Governador Valadares.

9.11.1. A exigência encontra fundamento na legislação sanitária federal, especialmente na Lei nº 6.437/1977, na Lei nº 8.080/1990, bem como na Resolução RDC nº 216/2004 da ANVISA, que estabelece as normas aplicáveis aos serviços de alimentação. Complementarmente, aplica-se a legislação sanitária municipal vigente, responsável pela regulamentação e emissão da licença de funcionamento para estabelecimentos que manipulam e comercializam alimentos.

9.12. Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior de Nutrição reconhecido pelo Conselho Regional de Nutricionistas (art. 1º, caput, da Lei n. 8.234/1991 e art. 17 do Decreto n. 84.444/1980), detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber: XX.) Para o profissional Nutrição: serviços de planejamento, organização, direção, supervisão e avaliação de serviços de alimentação e nutrição e controle de qualidade de gêneros e produtos alimentícios (art. 3º, inc. II e art. 4º, inc. IV, da Lei n. 8.234/1991). XX.) Entende-se, para fins do item acima, como pertencente ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso a licitante se sagre vencedora do certame.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.**

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação (serviços de cantina/restaurante /lanchonete), por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.35. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.35.1. Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedido pelo CRN, na qual conste no quadro de responsáveis técnicos, pelo menos 1 (um) técnico profissional habilitado na área de nutrição, conforme Lei nº 8234/91

9.35.2. Eventual alteração do titular Responsável Técnico Nutricionista deverá ser comunicada de imediato à CONCEDENTE, juntamente com a respectiva documentação do CRN.

9.35.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.36. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 26409/155221;
- II) Fonte de recursos: 10000000000;
- III) Programa de trabalho: 231470;
- IV) Elemento de despesa: 339039-41;
- v) . Plano interno: LRESTP23GVN.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Gov. Valadares, 05 de maio de 2026

---

## 13. ANEXO I

Não se aplica



14. ANEXO II

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILSON AMBROSIO JUNIOR

Membro da comissão de contratação

TONIMAR DOMICIANO ARRIGHI SENRA

Autoridade competente